



**ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 720/03**

**2ª CÂMARA**

**SESSÃO DE 10.12.2003**

**PROCESSO DE RECURSO Nº 1/002420/2001 AI: 1/200108344**

**RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**RECORRIDO: VICUNHA TÊXTIL S/A**

**CONSELHEIRO RELATOR: BENONI VIEIRA DA SILVA**

**EMENTA:** ICMS – Crédito Indevido por falta de apresentação da 1ª via da N. Fiscal. Autuação IMPROCEDENTE. Recurso oficial não provido. Decisão unânime.

**RELATÓRIO:**

Fundamenta o autuante na peça de acusação:

“Lançar credito indevido de ICMS, em decorrência da não realização de estorno exigido pela legislação tributária. A empresa supra creditou-se indevidamente, lançando em outros créditos o ICMS cfe. se verifica da planilha de levantamento anexa.”

Apontando como dispositivo legal infringido o art. 66 do Dec. 24.569/97, o agente fiscal sugere como penalidade a prevista no art. 878, II, alínea a, do mesmo decreto.

Nas informações complementares ao auto de infração o agente fiscal, acrescenta que a empresa não atendeu a notificação pra comprovar ou justificar, a legitimidade ou legalidade dos créditos constantes na rubrica outros créditos, das GIMs anexadas ao processo.

Às fls. 07 do processo detectamos Termo de Intimação nº 2001.08911, intimando a empresa para “apresentar os documentos de efetivação dos lançamentos em outros créditos, conforme espelho de apuração GIM e relação anexa.”

Apresentando impugnação ao feito, a autuada trouxe as seguintes considerações;

1 – Que a acusação é confusa, não sabendo se está sendo acusada de estar falta de estorno de crédito fiscal ou de creditamento indevido.

2 – Contesta o fato do autuante não ter indicado qual o inciso do art. 66, o obrigava a efetuar o estorno.

3 – Aduz que com dificuldade descobriu que o autuante discordou dos lançamentos constantes no item 007 – outros créditos. Todavia a firma que os créditos são legítimos não havendo razão de estorná-los, vez que não se enquadra em nenhuma hipótese descrita no art. 66.

4 – Expõe que os créditos são referentes a diferencial de alíquota incidente na aquisição de bens destinados ao ativo permanente, e notas fiscais de aquisição de algodão em pluma, registrados no mês de entrada das mercadorias, embora as mesmas tenham sido emitidas em outras datas.

5 – explicando o creditamento referente a entrada de bens destinados ao ativo permanente e diferencial de alíquota, anexa aos autos fotocópia de vários documentos fiscais.

6 – Por derradeiro solicita diligência para que possa exibir os documentos não localizados.

Em resposta a nossa solicitação de perícia a CEPED informa que os créditos fiscais lançados no campo 007 – outros créditos são referentes a aquisição de bens destinados ao ativo permanente, fretes e entrada de devolução de produção.

O Julgamento singular decidiu pela ABSOLVIÇÃO da autuada.

A Consultoria Tributária sugeriu acompanhar a decisão singular.

É O RELATÓRIO.

## **VOTO DO RELATOR**

No processo sub examine, a empresa foi autuada por creditamento indevido, em virtude da ausência das 1<sup>as</sup> vias das Notas Fiscais, lançadas no seu Livro Registro de Entradas de Mercadorias.

A autuada apresentou as devidas Notas Fiscais, inclusive, com o selo fiscal de trânsito nelas apostos.

Desta forma, Voto para que se conheça do recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão absolutória proferida na Instância singular, de acordo com o parecer da douda Procuradoria Geral do Estado.

**É O VOTO.**

## DECISÃO:


Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e recorrido VICUNHA TÊXTIL S/A

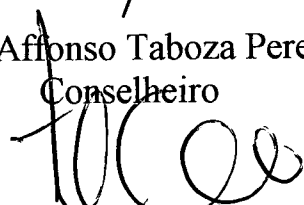
**RESOLVEM** os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento para confirmar a decisão Absolutória proferida pela 1ª Instância, de acordo com o parecer da douta PGE.

**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos      de dezembro de 2003.

  
**Dr. Benoni Viêira da Silva**  
Conselheiro Relator

  
**Dr. Nabor Barbosa Meira**  
Presidente

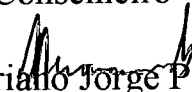
  
**Dr. Francisco José de Oliveira Silva**  
Conselheiro


  
**Dr. Affonso Taboza Pereira**  
Conselheiro

  
**Dra. Eliane Resplande Figueiredo de Sá**  
Conselheira

  
**Dr. Antônio Luiz do N. Neto**  
Conselheiro

  
**Dr. José Mirtônio Colares de Melo**  
Conselheiro

  
**Dr. Adriano Jorge P. Vasconcelos**  
Conselheiro

  
**Dra. Eliane Maria de Souza Matias**  
Conselheira

**Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade**  
Procurador do Estado